

COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE E HIGIENE

Dep. Legislativo das Comissões
Fls nº _____
Assinatura _____

PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 4444/2023

Propositura: Projeto de Lei Ordinária nº 4444/2023

Autoria: Vereadora Jurandir Bengala

Ementa: "Dispõe sobre a inserção do dispositivo intrauterino (DIU) nas unidades Básicas de Saúde do município de Porto Velho e da outras providências."

Relator: Vereador Dr. Macário Barros

I - RELATÓRIO

O presente projeto de lei nº 4444/2023 de iniciativa da Vereadora Jurandir Bengala, dispõe sobre: "a inserção do dispositivo intrauterino (DIU) nas unidades Básicas de Saúde do município de Porto Velho e da outras providências."

De acordo com a propositura, a proposta do projeto de lei tem o intuito de diminuir o índice de gestações não planejadas, reforçar ações de sexualidade e planejamento familiar, no município de Porto Velho.

A Comissão de Permanente de Constituição, Justiça e Redação manifestou-se pela CONSTITUCIONALIDADE da propositura.

Após manifestação favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação quanto a legalidade da propositura, por fim coube a este relator a responsabilidade de emitir parecer de mérito na presente Comissão de Saúde e Higiene.

É o relatório que se faz necessário.

📞 (69) 3217-8052 📠 (69) 98442-5500 📧 drmacariobarros 📱 /drmacario

R. Belém, 139 - Embratel, Porto Velho - RO | E-mail: vereadormacariopvh@gmail.com

II - DA ANALISE:

Em continuidade ao processo legislativo, uma vez decorrido o prazo regimental, foi a proposição encaminhada a esta Comissão para análise.

Constata-se que a medida é de natureza legislativa e, em obediência a Lei Orgânica do Município, sendo ainda de acordo com o Regimento Interno desta Casa de Leis, estando, desta forma, em condições de ser aprovado no que diz respeito aos aspectos que cumpre a esta Comissão analisar.

I - Emitir parecer sobre projetos inerentes à saúde ou higiene

pública;

II - Opinar sobre questões relativas à profilaxia sanitária;

II - Fiscalizar o funcionamento das unidades municipais de saúde

Pública e propor a adoção de medidas corretivas;

IV - Fiscalizar o emprego de recursos federais e estaduais alocados para o setor de saúde do Município;

V - Fiscalizar a execução dos serviços relacionados com a limpeza e higiene públicas

O presente projeto de lei nº 4444/2023 de iniciativa da Vereador Jurandir Bengala, vai contra a **PORTARIA Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**, o qual define as Unidades Básicas de Saúde como:

Art. 1º Esta Portaria aprova a Política Nacional de Atenção Básica - PNAB, com vistas à revisão da regulamentação de implantação e operacionalização vigentes, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente Atenção Básica, na Rede de Atenção à Saúde - RAS.

Art. 2º A Atenção Básica é o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária.

Ainda segundo o Ministério da Saúde: **O Dispositivo Intrauterino (DIU) de cobre é um método contraceptivo não-hormonal ofertado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Para**

qualificar ainda mais o serviço, o Ministério da Saúde recomenda que a inserção do DIU seja feita apenas por médicos capacitados para o procedimento.

Neste aspecto, a administração pública municipal, em obediência ao princípio da eficiência deve implementar o modelo de administração pública gerencial voltada para o bem estar de sua população, oferecendo serviços médicos com qualidade, competência e maior eficácia possível em prol da sociedade, cumprindo objetivamente o que preconiza a Constituição Federal quando estabelece que todos têm direito à saúde e respeito à sua integridade física e emocional.

Quanto aos aspectos a serem analisados por esta Comissão, encontramos óbices, entende-se ser de suma importância, porem a propositura contem vícios a respeito do Sistema Único de Saúde (SUS).

III - VOTO:

Em apreço as considerações emanadas pelo Autor e da manifestação favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e tendo em vista que a propositura pretende conferir e garantir o acesso à saúde e quanto ao mérito, esta relatoria manifesta-se CONTRARIO à aprovação da propositura.

É como voto.

Plenário das Comissões.


Vereador Dr. Macario Barros/PODEMOS



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DAS COMISSÕES

COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE E HIGIENE PÚBLICA -
CPSHP

PROPOSITURA: PROJETO DE LEI Nº 4444/2023

AUTORIA: VER. JURANDIR BENGALA

ASSUNTO: *Dispõe sobre a inserção do dispositivo intrauterino (DIU) nas Unidades Básicas de Saúde do município de Porto Velho/RO e dá outras providências.*

PARECER Nº 007/2023

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Nós, Membros da **COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE E HIGIENE PÚBLICA - CPSHP**, em reunião ordinária, apreciamos o Projeto de Lei nº 4444/2023, de autoria do Ver. Jurandir Bengala, relatado no âmbito desta Comissão pelo Ver. Dr. Macário Barros, o qual manifestou-se **CONTRÁRIO** à aprovação da propositura, conforme consta às fls.17.

Nesse sentido, acompanhando o voto do relator, somos contrário ao Projeto de Lei em questão. É o Parecer, s.m.j.

Câmara Municipal de Porto Velho, 18 de abril de 2023.

Ver. DR. MACÁRIO BARROS
Presidente CPSHP
- 2023 -

Ver.^a ELLIS REGINA
1ª Secretária CPSHP
- 2023 -

Ver. DR. JÚNIOR QUEIROZ
2º Secretário CPSHP
- 2023 -